

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 2/2015

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

O Coordenador da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo, instituída pela Resolução nº 877/2011, em conformidade com a deliberação dessa Comissão em 05/02/2015, faz saber a quem possa interessar que, a partir do 30º dia subsequente à data de publicação deste Edital, encaminhará para eliminação os documentos abaixo relacionados. Os interessados poderão requerer às suas expensas, no prazo citado, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo.

Série documental	Datas-limite	Quantidade (nº de caixas ou metros lineares)
Cópia de documentos previstos na Lei. 7.857/92 e alterações	Até 17/10/2014	1 caixa
TOTAL:		1 caixa

Tendo em vista o encerramento do biênio 2013/2015 da 17ª Legislatura, esta Secretaria Geral de Administração apresenta o resumo das ações realizadas no período.

Fazer mais e melhor. Com mais transparência, mais qualidade e menor custo. Esses são os desafios que se impõem a administradores de orçamentos públicos. Para tal, é imperativo que o gestor busque ferramentas adequadas e instrumentos modernos. Mais: que ele invista no preparo e na valorização dos recursos humanos. Foram essas premissas que balizaram a nossa atuação. Inovamos, consolidamos procedimentos e plantamos algumas sementes que poderão ser colhidas no futuro próximo.

PARTE I

Novas práticas de gestão permitiram dinamizar o processo legislativo com economia de recursos públicos e maior transparência

a. Pregão Eletrônico

Adequando-se às melhores práticas de gestão pública, a Assembleia Legislativa implantou, em 2013, o sistema digital de pregão, com a adoção do Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafem/SP. O trabalho contou com o apoio da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que acompanhou o processo e ministrou palestra para integrantes da Comissão de Licitações, procuradores, assessores da Mesa Diretora e da Secretaria Geral de Administração.

Realizado o treinamento e emitidos os certificados aos pregoeiros da Casa, a Mesa Diretora publicou em 19/03/2013 o Ato nº 15/2013 regulamentando o Pregão Eletrônico da Alesp, integrando-o ao Sistema Eletrônico de Contratações denominado Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP, instituído pelo Dec. nº 45.085/2000.

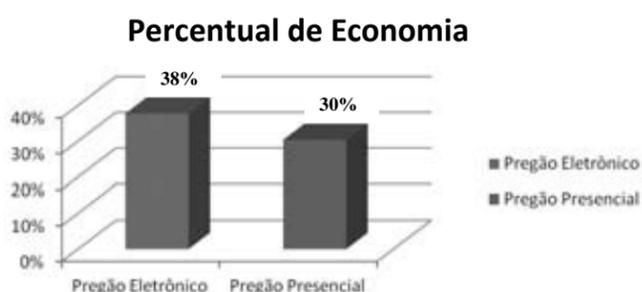
Os editais para esse tipo de certame exigem maior detalhamento, evitando empresas frágeis e despreparadas para a prestação dos serviços e/ou fornecimento de produtos. Nesse sentido, ressalta-se a competência e o rigor técnico dos departamentos responsáveis pela elaboração dos editais.

A adoção dos pregões eletrônicos foi efetivada no início do exercício de 2014. A partir dessa data foram realizados 59 pregões na modalidade eletrônica e apenas sete presenciais. Algumas comparações mostram o acerto da estratégia:

- Elevação do número de participantes por sessão (**Princípio da Concorrência**);



- A média de economia aumentou quando comparado ao pregão presencial (**Princípio da Economicidade**).



b. Novo sistema de administração de contratos

O sistema de gestão eletrônica dos contratos migrou para uma nova plataforma web, que garante a integridade das informações e torna mais ágil o trabalho dos gestores. Permite também a geração de múltiplos relatórios, conferindo celeridade aos procedimentos

c. Ticket combustível

Um novo sistema centralizado passou a atender o abastecimento dos veículos que servem à Casa e aos deputados. A redução de preço obtida já na modalidade de licitação escolhida – pregão eletrônico - acrescentaram-se melhores processos de gerenciamento e acompanhamento, com relatórios precisos de consumo, além da ampliação da rede credenciada para todo o Estado.

d. Novo sistema de telefonia

Definida por meio de licitação, a unificação do sistema de PABX da Assembleia permitiu não só otimizar os serviços de telefonia, mas gerar economia. O novo modelo substituiu o emaranhado de diversos troncos de chamadas discadas e recebidas, cujo controle de uso e gastos não era centralizado em pacote de serviços, impossibilitando que a Assembleia desfrutasse de ofertas e descontos oferecidos pelas operadoras.

e. Fundo Especial de Despesas

Criado por meio da Lei 10.935/2001, o Fundo Especial de Despesa tem como receita dotações orçamentárias próprias e doações, legados e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas arrecadadas pela própria Assembleia Legislativa. Conforme demonstra o gráfico, o saldo do Fundo é crescente:



f. Tecnologia a serviço do Processo Legislativo

A inteligência para o desenvolvimento de soluções apropriadas aliada ao uso das ferramentas certas para cada fim garantiu celeridade e confiabilidade em todos os estágios de tramitação dos milhares de processos em curso na Casa.

f.1. Sistema do Processo Legislativo (SPL)

O SPL é responsável pelo suporte, manutenção e desenvolvimento de soluções. O sistema atual recebeu melhorias e adequações constantes, enquanto a sua nova versão, já em desenvolvimento, não é implantada.

Entre as atividades realizadas do último biênio destacam-se:

f.1.1. Adoção de nova tecnologia de armazenamento de arquivos, eliminando ferramentas obsoletas. Além de eliminar o risco de mau funcionamento, tornou o acesso aos documentos do sistema mais célere;

f.1.2. Migração de plataforma de hardware do sistema, através da substituição de servidores físicos por VM (máquinas virtuais), oferecendo maior segurança e estabilidade ao sistema.

f.1.3. Desenvolvimento e implantação do módulo de CPIs.

f.1.4. Realização de treinamento para utilização do SPL e demais sistemas parlamentares, pela equipe interna, para funcionários dos gabinetes e lideranças e novos deputados.

f.2. Sistema Integrado de Gestão Parlamentar (SIGP)

Desenvolvimento e implantação do cadastro completo de deputados pelo processo de posse eletrônica, cadastros de legislaturas e partidos políticos, demonstrativo de assiduidade de deputados, cadastro de comissões, frentes parlamentares, lideranças e bancadas partidárias. Obteve-se ainda maior integração com a divisão técnica de taquigrafia.

f.3. Sistema de Auxílio Geral de Gabinete (SAEG)

Foram implementadas melhorias no sistema, como a inclusão do histórico de veículos, e a associação do cadastro por período.

f.4. Migração sistemas antigos para versão WEB

Modernização e unificação das ferramentas de desenvolvimento, incluindo a migração do banco de dados para uma versão atualizada, abrangendo:

f.4.1. Emendas ao PL do Orçamento anual, o Emendas On-Line;

f.4.2. Gerenciamento de Questões de Ordem;

f.4.3. SIPREV;

f.4.4. Resumo de Ementário da Taquigrafia;

f.4.5. Funcionalidade para compilação de normas da legislação paulista.

f.5. Mais segurança e menos riscos

Destacam-se ainda as seguintes ações tecnológicas de suporte ao trabalho legislativo:

f.5.1. Migração dos bancos de dados e desativação de hardwares em obsolescência;

f.5.2. Implantação do sistema de autenticação única de usuários, o IDM, para diversos sistemas da Casa, incluindo: CoPE, SiGP, entre outros;

f.5.3. Access Manager – acesso remoto seguro, que permite ingressar nos sistemas de gestão fora do local de trabalho.

f.6. Help Desk

O novo help desk melhorou o nível de qualidade dos serviços prestados à rede interna de computadores, reduzindo o tempo de resposta para solução de problemas técnicos. Definiu-se um padrão para o atendimento das demandas: 60% são solucionadas em 20 minutos e as demais em até quatro horas. O horário de funcionamento do setor foi prolongado em duas horas diárias.